

DA *POLIS* E UTOPIA DA CIDADE DO RENASCIMENTO EM NARRATIVAS DE QUINHENTOS

Ana Paula Avelar*

O Renascimento é por excelência uma época que evoca a Antiguidade, recriando-a e onde a herança de uma cultura não funciona como inibidora de progresso, mas, pelo contrário, imprime um movimento de renovação. A procura das ruínas do passado, a reconstrução dos textos antigos é manipulada na conceptualização de um mundo: o passado serve o presente no que esta combinatória representa de traço prospectivo para um futuro próximo. Estamos em presença do *bel aujourd'hui*, utilizando a feliz expressão de Claude Gilbert-Dubois¹.

Na construção deste presente e naquela que será a ideia de cidade, transcorrem três noções herdadas desse mesmo passado, a grega *polis*, a latina *urbs* e *civitas*. A cidade grega é definida nas palavras de Aristóteles como: “A associação de várias aldeias é a cidade, que se basta a si própria, formando-se para conservar a existência, e depois de ter alcançado esse objectivo, para atingir a sua perfeição. A cidade existe por natureza, como existem por natureza as associações mais simples, porque a cidade é a ambição final para que tendem todas as outras. De facto, chamamos “natureza” de uma coisa à sua condição na última fase do seu desenvolvimento.

Portanto, a cidade é um facto natural, e o homem é, por natureza um animal político.”²

Por seu turno, a *urbs*, é entendida como a cidade que se opõe ao campo ou aquele espaço que representa uma certa *perfeição* na sua organização. À noção de *civitas* associa-se a ideia de governo, de centro decisório e de

* Universidade Aberta.

¹ Cf. O livro de Claude-Gilbert Dubois *Le bel aujourd'hui de la Renaissance-Que reste-t-il du xvie siècle*, Paris, Seuil, 2001, p.12.

² Citado por Leonardo Benevolo, *A cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 20-21.

potencial direito de pertencer à cidade, de se ser um cidadão. Ora a vivência de um espaço, que se transforma, até por pressões demográficas, durante o século XVI implica necessárias mudanças. Se é verdade que em 1500 só encontramos cinco cidades europeias que registam 100 000 ou mais habitantes: Constantinopla teria 250 000, Paris possivelmente 200 000, Nápoles 150 000, Veneza aproximadamente 105 000, questionando-se se Milão possuiria 100 000 habitantes. O que é certo é que um século depois deparamo-nos com cerca de 11 ou 12 cidades que atingem já estes valores (a cima dos 100 000 habitantes). Contudo a pressão demográfica faz-se sentir, não só devido ao aumento, em termos absolutos, do número de habitantes, mas também ao ritmo de crescimento. É certo que, como assinalam alguns estudos demográficos, deparamo-nos nalguns aglomerados citadinos, e durante este século XVI, a oscilações no ritmo de crescimento, nomeadamente assistimos ao facto de em onze das cidades europeias consideradas se verificar uma diminuição do número de habitantes, constatando-se no mesmo período de tempo o aumento de população em 20 outras. Segundo alguns historiadores, e em 32 cidades europeias estudadas neste período, assiste-se a um ganho de 172 440 habitantes³. Por outro lado, devemos assinalar os casos, por exemplo de, Londres, Lisboa e Roma que sofrem crescimentos demográficos superiores a 100 % ou mesmo de Sevilha que passa, entre 1530-1594, dos 45 000 habitantes para os 90 000 habitantes.

Esta pressão demográfica exige respostas, e ainda que encontremos nos espaços urbanos algumas actividades agrárias ou a estas associadas, como a horticultura ou a criação de animais domésticos, são os ofícios que comandam a vida da cidade. Presenciamos necessariamente a um distender da malha urbana, a um pensar a cidade, a um procurar novos modelos de organização do espaço citadino. O sonho de uma cidade ideal percorre pintores e arquitectos no Renascimento. A presença dos *Antigos* e o interesse pela concepção arquitectónica vitruviana está presente nos tratadistas da Renascença. Existe uma íntima relação entre a procura dos vestígios materiais da Antiguidade Clássica e as informações recolhidas nos textos antigos nomeadamente a intensa leitura feita da *De Architectura* de Vitruvius.

Esta é uma obra recorrente dos homens do Renascimento, não só daqueles que se interessam pelos questões arquitecturais, mas também os que tomam o sistema construtivo como modelo aplicável à exposição conceptual. O *De Architectura* e a definição vitruviana do conceito implica dois descritores que a formulam a *Fabrica* e o *Ratiocinatio*, o primeiro

³ Cf. Jean Delumeau, *A civilização do Renascimento I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 272-275.

corresponde a uma “(...) contínua aplicação à execução de projectos como nos propomos, segundo os quais a forma conveniente é atribuída à matéria de que todos os tipos de obras são feitos.”⁴ O segundo: “(...) explica e demonstra a conveniência das proporções que as coisas que se querem fabricar devem ter(...)”⁵

Ora esta logicidade construtiva é aplicada no exercício de outras *artes*. E é assim que nos deparamos numa obra historiográfica como a *Ásia...* de João de Barros, e num recurso à *imitatio*, como princípio gerador da aprendizagem e conhecimento de processos, com a citação do exemplo arquitectural. Este cronista afirma a dado passo, que a sua *Primeira Década* é como que o fundamento da sua narrativa, seguindo o modo como os: “(...) arquitectores tem nos materiais edefícios: os quães sempre fundam sobre o firme da terra, enchendo aquelle lugar de alições nam de pedrãs lavradas e limpas que deleitem á vista, mas duras, grâves e meudas, pera que tudo fique maciço e a obra que sobrelas vier em algum tempo por defeito de sua firmeza e ligamento não possa arrunhar.”⁶

O tom metafórico perdura no seu texto, considerando Barros que ao entrar na narração da presença portuguesa no Oriente (*Segunda Década*) e porque por: “(...) conquista vai acrescentando aos primeiros fundamentos: convém escolhermos pédras lavradas e polidas dos mais ilustres feitos que para efeito desta obra concorreram, e dos meudos por a grã multidão delles e não fazer muito entulho, não faremos mais conta que quanto forem necessários pera atar e liar a parede da história (...)”⁷.

Será esta imagem uma escolha fortuita, mero resultado de uma analogia corrente? A nossa resposta é negativa e a comprová-lo basta ler a obra de Barros. Este humanista cita directamente o texto vitruviano numa outra narrativa de cariz laudatório, o seu *Diálogo em Louvor da nossa linguagem*. Fâ-lo ao assinalar as transformações que a linguagem sofreu ao longo dos tempos, evocando-o na que seria a razão pela qual os homens teriam tomado o uso da fala, tomando o discurso na sua vertente mais *teorizadora*⁸. Este tratado é interpretado por Barros à luz do seu tempo, das

⁴ *Os dez livros de arquitectura de Vitruvius*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1998, p. 2.

⁵ *Ibidem*.

⁶ João de Barros, *Ásia... Década Segunda*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 1.

⁷ *Ibidem*.

⁸ As palavras de João de Barros são bastante elucidativas: “Vitruvius <Vitruvius libro primo>, na sua arquitectura quer dar princípio donde os homens tomaram o uso da fala, dizendo que, do consórcio que tinham uns com outros, quando se aquentavam ao fogo, que novamente se achára (segundo ele conta), se vieram ter neçe(s)idade da fala, pera se entenderem entre si, e que esta neçe(s)idade os moveu a isso. E, porém, nam diz que linguagem foi esta.” “Diálogo em louvor da nossa linguagem” in *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, p. 392.

premissas renascentistas. Não nos deveremos porém esquecer que é nesta altura que o arquitecto *especulativo* toma o lugar do arquitecto *construtor* ou *operativo* definido pelo próprio Vitrúvio⁹.

Ainda que respondendo ao crescimento urbano não encontramos uma cultura projectiva que dê resposta efectiva ao necessário alargamento da malha urbana. A busca de modelos que sejam novos consubstanciam-se nas artes figurativas e nos livros, afastando-se das necessidades e do real. Assistimos no século XVI a um franco distanciamento do equilíbrio entre teoria e prática, conseguido por Alberti no século anterior. Este afirmara a necessidade de que o circuito urbano e a distribuição das suas partes acompanhasse a diversidade das implantações naturais, defendendo ao mesmo tempo o traçado rectilíneo das principais ruas: “ainda que o caminho não seja de todo a direito, mas à maneira dos ricos, curvando suavemente ora para um lado ora para o outro em vários sítios.”¹⁰ É no desenho e na pintura que ganham forma, muitas vezes, nos panos de fundo das cenas representadas, as cidade ideais.



Fig. 1 — Cidade ideal numa pintura atribuída a Piero della Francesca, meados do século XV, in *Panorama de la Renaissance*, Paris, Editions du Chêne, 1997, p. 270

⁹ Na introdução de Pedro Fialho de Sousa à recente publicação da obra de Vitruvius feita a partir da impressão de Claude Perrault este afirma: “A obra vitruviana, considerada como o primeiro tratado de arquitectura, não deve ser entendida como tal, porque, à luz do conceito actual de tratado, este é um escrito onde é entendida uma determinada teoria ou conceito ou tem como base uma também teoria ou um também conceito. De *Architectura* é antes de mais o enunciado de uma série de disciplinas, processos e regras que devem ser seguidas pelo arquitecto ou a quem deve obedecer a construção arquitectónica, no contexto da época, escrito por um tipo de arquitecto, desaparecido na Renascença, o arquitecto construtor ou *operativo*, que deu lugar ao arquitecto *especulativo*, que ainda hoje o caracteriza, na generalidade”.

É na Renascença que aparece a designação de Arquitecto, termo de origem grega-arkhitékton-que significa “acima de pedreiro” ou “primeiro (no sentido de superior) construtor”; ao pedreiro medieval sucede o arquitecto, o que assinala a promoção intelectual e social do artista, onde a redacção de um Tratado é um acto fundamental para a respectiva carreira.” *Op. cit.*, p.ii.

¹⁰ Cf. Jean Dulemeau, *op. cit.*, p. 258.

Para o conceptor de uma cidade nova era obrigatório obedecer à razão matemática. Exemplo paradigmático de tal situação é a cidade ideal descrita por Dürer na sua *Arte de fortificar as cidades*¹¹. Neste processo de construção obedece-se a dois princípios fundamentais a *commoditas* e a *voluptas*. O primeiro atinge-se situando, por exemplo, os ofícios mal-cheirosos em ruas afastadas, como aconselha Alberti, ou reservando o espaço junto à igreja para os habitantes que levam um quotidiano mais tranquilo, como defende Dürer. O segundo consegue-se cumprindo o objectivo de que a cidade não deve ser só prática mas deve, igualmente, ser bela.

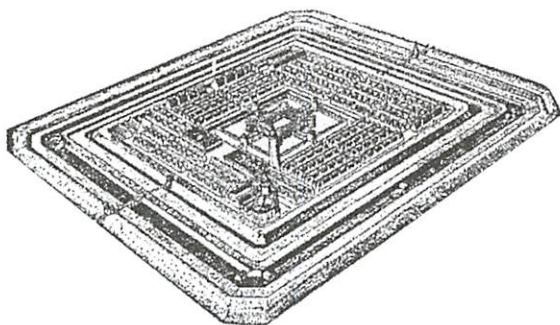


Fig. 2 — Desenho de Albert Dürer in Jean Delumeau, *op. cit.*, p. 260

Apesar de toda esta concepção utópica, que acompanha o delinear do espaço urbano, encontramos aplicados os princípios teóricos que, já na segunda metade do século XVI, foram sendo explorados através de uma linguagem geométrico-matemática e no campo da arquitectura militar. Neste período quinhentista a construção da ideia de cidade conecta-se impreterivelmente com a edificação de uma nova noção do *Mundo*. A saída da Europa e o domínio dos espaços oceânicos implica uma transmutação do olhar que se subordina a novas formas de visualizar o globo. Como salienta Magalhães Godinho a oferta por D. Manuel em 1519 a Francisco I de um atlas iluminado da autoria de Lopo Homem e dos Reineis: “(...) c’est le polyptique d’un aboutissement et d’un virage. Le monde pouvait être desormais contemplé d’un seul regard, l’humanité démolissait les cloisons. L’extension de la Chrétienté, qui avait été le but suprême, fait place à la

¹¹ “A cidade ideal, descrita por Dürer na *Arte de Fortificar as Cidades*, é o tipo acabado destas elaborações rigorosas, que pretendem dobrar a vida dos homens à estrita disciplina do urbanismo. É um quadrilátero, cujo centro, reservado ao palácio do soberano, é um quadrado. Entre o palácio e a muralha exterior o espaço urbano fica dividido em cerca de quarenta quarteirões cujos lados maiores são paralelos á muralha.” *Ibidem*, p. 259.

genèse de l'europe et de la conscience européenne — la société de l'urbanisation et de la mercantilisation, la civilisation qui cherche la rationalité, capable de se mettre en question elle-même(...)”¹². Ora, não é de modo algum por acaso que na grande coleção de vistas de cidades do mundo impressas a partir de 1570 por Georg Braun e Franz Hogenberg a cidade que figura nesta obra como sendo a mais distante é Goa.



Fig. 3 — Reprodução do desenho de Georg Braun e Franz Hogenberg, in *Panorama de la Renaissance*, p. 150.

Mas olhemos para o espaço urbano europeu de onde partiu esta aventura dos mares-Lisboa. Já Jerónimo Münzer na sua viagem por Espanha e Portugal datada de 1494-1495 refere esta cidade como estando num monte altíssimo, em cujo o cume se encontravam os aposentos reais e debaixo deles todo o monte era habitado: pleno de casas, mosteiros e outras igrejas. Tinha a ocidente outra elevação, cuja parte oriental estava toda habitada, e no meio encontrava-se uma grande planície que ia até ao mar, sendo muito povoada. Münzer afirma ainda que Lisboa era muito maior que Nüremberg e muito mais populosa, *porque numa só casa viviam geralmente, três, quatro ou cinco vizinhos*¹³.

Lisboa é a cidade que, em 1554, como afirma Damião de Góis, no espaço banhado pelo mar, por ser o mais nobre, possui vinte e duas portas, encontrando-se na parte de terra dezasseis: “E bem precisa de todas elas,

¹² Vitorino Magalhães Godinho, *Le Devisement du Monde...*, Lisboa, Instituto Camões, 2000, p. 38.

¹³ Cf. tradução para português da edição espanhola do livro de Jerónimo Münzer, *Viaje por Espana y Portugal*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1991, p. 171.

devido ao número imenso dos habitantes e à grande extensão do seu perímetro (...). O território da cidade, para qualquer direcção que se deite a vista, está polvilhado por toda a parte de casas de recreio suburbanas e de quintas rústicas, com edifícios magníficos, devido à fecundidade dos campos e à grande densidade de habitantes.”¹⁴

Como urbe do período Moderno define-se através de três descritores: as suas estruturas funcionais, actividades que aí se desenvolve e as relações sociais que se tecem no seu espaço. Como podemos observar nas próprias palavras de Góis assiste-se a uma interpenetração entre o núcleo urbano propriamente dito e os espaços rurais envolventes¹⁵. O contexto citadino é algo que um em cada cinco portugueses vivencia em 1531; recorde-se que, durante o reinado de D. Manuel, 5 % dos portugueses habitavam em Lisboa. Apesar de ser uma cidade menor que Paris, Londres ou Nápoles, Lisboa aproxima-se de Veneza e Amesterdão em termos de índices populacionais.

A capital do reino vive, então, um período de hipertrofia com o apogeu da rota do cabo, passando, grosso modo, de 60 mil residentes para 180 mil. Porém, já Cristóvão Rodrigues de Oliveira, na sua *Lisboa em 1551...* escreve que esta tem: “(...) dez mil casas em que há dezoito mil vizinhos, sem a Côrte, afora que entram cada dia naus, e há muitos mercadores estrangeiros e muita outra gente de fora. E as mais das casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados.

Nestes dezoito mil vizinhos há cem mil almas, entrando nisso nove mil novecentos e cinquenta escravos.”¹⁶

Neste burgo encontramos trezentas e vinte e oito ruas, e cento e quatro travessas, e oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas¹⁷. É a trama refratária medieval que impera, ainda que tenhamos necessariamente que referir a regularidade esquemática de um Bairro Alto. Contudo a cidade é aquela que Garcia de Resende resume como a que viu crescer: “em povos, e em grandeza, / e muito se enobrecer / em edifícios, riqueza, em armas, e em poder.”¹⁸

¹⁴ Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 59-60.

¹⁵ E é um regalo para o espírito contemplar os campos, não apenas densamente povoados de casas de campo, de aldeias, também salpicados de igrejas e conventos tão numerosos e tão bem dotados. As quintas rústicas e as casas de campo, nas redondezas, ultrapassam o número de seiscentas.” *Ibidem*, p. 60.

¹⁶ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 101.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cf Garcia de Resende, *Miscelânea...*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 363.



Fig. 4 — Cidade de Lisboa-G. Braun 1593

Cruzamo-nos nas descrições com os barbeiros nos vãos das escadas, as boticas nos vãos das portas, os viroteiros e outros oficiais instalados nos balcões, as tendas dos maceiros, sirgueiros, tintureiros, peliteiros, surra-dores; os sons dos martelos das oficinas, os cheiros dos fogareiros de barros e das sardinhas assadas e o *empório copiosíssimo dos aromas*¹⁹ que chegam do Oriente.

Contudo, é a cidade que leva Francisco de Hollanda (em 1571) a escrever: “E considerando eu quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desornada do que lhe muito importa, sendo ela cabeça do reino, e a coroa dela V. A. esforcei-me dar pera sua fortificação e ornamento ...”²⁰.

Fá-lo na sua *Da fabrica que falece ha cidade de Lisboa...* salientando os edifícios que seriam de destacar na sua malha. O processo encontrado foi o da nomeação dos monarcas que contribuíram para a sua construção, referindo em primeiro lugar D. Afonso Henriques que a: “(...) enobreceu com a fabrica da Sé, e com o Mosteiro de S. Vicente de Fora e outros edifícios e torres. E assim os outros reis todos D. Dinis, D. João de boa memória, D. João o segundo, que fez a nobre fabrica do hospital e outras. E o Felicissimo rei vosso bisavõ com o Triunfo e vitoria da India quase a renovou de todo cercandoa da parte do Mar com o cais que a rodeia e paços muito

¹⁹ Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, p. 57.

²⁰ Cf. José Segurado, *Francisco D'Ollanda...*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 72-73).

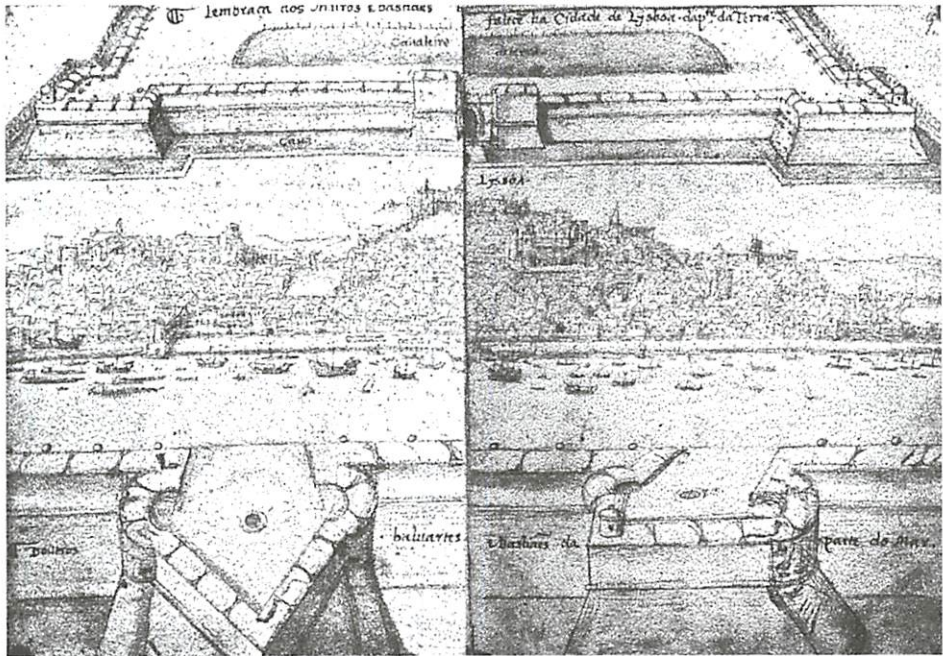


Fig. 5 — Cidade de Lisboa-Desenho de Francisco de Holanda in José Segurado, *Francisco D'Ollanda...*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970

melhor do que pola terra a tinha cercado el rei D. Fernando com o seu muro e argamassa que foi uma grande obra. E assim mesmo com o sumptuoso Mosteiro de Belém, e Torre e com a Misericórdia...”²¹.

O propósito primeiro de Francisco de Holanda é, sem dúvida, a defesa do seu plano de fortificação da capital. Aliás nos desenhos que possuímos das praças portuguesas no espaço extra-europeu é a imagem da fortificação o que impera. A vista que é apresentada é a do mar para terra, salientando-se a implantação da praça junto a um espaço que possibilite a ancoragem das naus. Recorde-se que Gaspar Correia ao escrever as *Lendas da Índia*, debuxa o rio de Malaca, Calecut, Adem, Coullão, Ormuz, Judá, Ceilão, Cananor, Chalé, Diu e Baçaim, seguindo sempre esta mesma perspectiva do olhar. Aqui é a prática que impera na ideia da urbe.

²¹*Ibidem.*

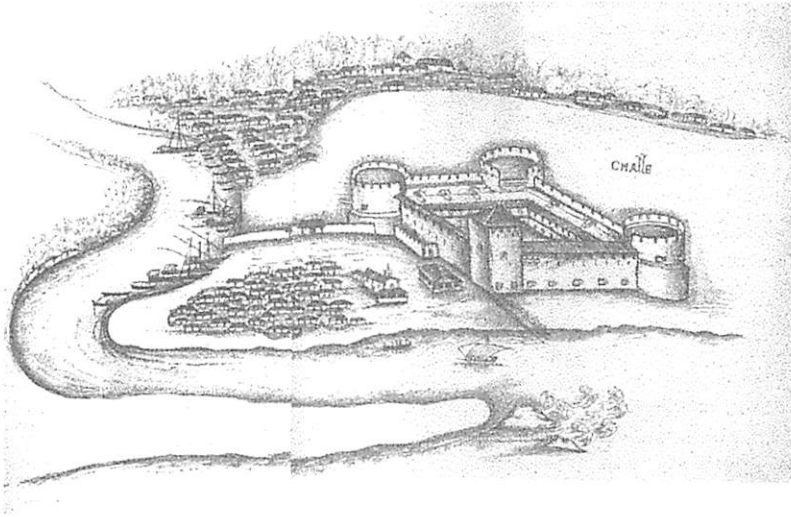


Fig. 6 — Imagem de Chalé de Gaspar Correia inserta nas suas *Lendas da Índia*

A passagem do cabo e a chegada à Índia abre todo um mundo novo. É a chegada à costa brasileira, e a tentativa de corte do transporte de especiarias para Veneza, feito pelos árabes através da rota do mar Vermelho e do golfo Pérsico, a conquista das escalas árabes de Socotorá, e Ormuz, a tomada de Goa e a passagem desta a centro do império português do Oriente, a conquista de Malaca e a abertura do caminho para a Indonésia e para a China.

As descrição das diferentes praças portuguesas apresenta no discurso historiográfico da expansão descritores mais ou menos constantes, sinalizando-se o traçado topográfico e destacando-se os sistemas defensivos montados na praça. Apresenta-se a malha urbana através de grandes planos e elencam-se os produtos agrícolas que se podem recolher, bem como a qualidade das águas e os animais que servem para o alimento quotidiano das populações. A cidade aparece descrita através do desenho das suas ruas e casas não se deixando de referenciar os materiais utilizados nas construções. A impressão geral formula-se na justaposição dos elementos caracterizadores do espaço urbano não se esquecendo, de por um lado referenciar as comodidades oferecidas pela cidade, e por outro o belo que ela encerra, muitas vezes distinto do admirado na Europa.

O encantamento pelo belo e pela sua encenação flui no discurso da Expansão. Os arcos triunfais existentes em nobres cidades chinesas que frei

Gaspar da Cruz descreve são disso um exemplo paradigmático: “ Fazem estes arcos parecer as cidades soberbas, nobres e formosas, quando vêm oficiais novos à terra. E também, nos dias que fazem os chinas suas festas gerais, armam estes arcos de panos de seda, e de noite, que é o principal de suas festas, penduram-lhe muitas lanternas, as quais as fazem mui galantes e grandes de panos de seda mui bem pintados, as quais com a claridade das candeias parecem muito bem.”²²

Os discursos utópicos são um produto do Renascimento. Formulam-se no oxímoro que caracteriza este tempo e têm como que a sua gramática enunciadora a Utopia de Thomas More. É o claro/ escuro que dinamicamente produz a ideia. Exemplifiquemos: a primeira parte do texto de More descreve em tons escuros a Inglaterra do seu tempo; a segunda parte revela a luz de uma ilha que vive em plena harmonia. A própria linguagem inventada por More para a sua narrativa é a prova desta ambivalência: Utopia significa ao mesmo tempo (eu-topos-bom lugar) e (ou-topos) nenhum sítio; o seu personagem principal tem como primeiro nome, o do anjo que é viajante e mensageiro-Rafael que significa em hebreu “Deus curou” (recorde-se que este marinheiro é português e que o nome da embarcação de Vasco da Gama era exactamente este) e o seu segundo nome é Hythloday que significa em grego “distribuidor de ninharias” ou “hábil contador”²³.

Mas voltemos à construção da urbe e a uma evidência que pontua o seu pensar. Ainda que existam utópicos que não são urbanistas, constatamos o aparecimento de percursos tendenciais como o dos urbanistas que constroem um discurso utópico onde as suas cidades ideais obedecem a formas geométricas perfeitas e devem revelar a imagem do cosmos na sua plena harmonia. Outro dos percursos é o dos utópicos que tendem a ser urbanistas e por vezes são lidos no sentido de funcionarem como projectistas do real. Tenha-se em atenção a actuação do juiz Vasco de Quiroga, que ao chegar ao México com 70 anos (1531) vende todos os seus bens para construir duas cidades ideais que seguiriam o traçado da Amaurota de Thomas More²⁴.

A cidade ideal, a *polis renascentista* torna-se real no feérico das festas da corte, nos cortejos de entrada dos *príncipes* na cidade, nas procissões... Transfigura-se na imagem de um real idealizado. Aquele que perpassa no exotismo encantatório dos cortejos e celebrações de outros povos que aqui e ali atravessa as páginas da Expansão.

²² Gaspar da Cruz, *Tratado das coisas da China*, Lisboa, Cotovia, 1997, p. 123.

²³ Cf. J. Martin Evans, *America the view from europe*, New York-London, W.W. Norton & Company, 1976, p. 19.

²⁴ Cf. Leonardo Benevolo, *op. cit.*, p. 135.